

Requerimento Nº _____/2015

(Do Senhor Zé Geraldo)

Requer realização de Audiência Pública com objetivo de discutir o conflito ambiental e fundiário no Projeto Jari e também o não funcionamento do Projeto em parte financiado pelo BNDES.

Senhora Presidente,

Nos termos regimentais do art.255, requeiro a Vossa Excelênciia que seja realizada reunião de Audiência Pública na Comissão da Integração Nacional Desenvolvimento Regional e Amazônia, com objetivo de discutir o conflito ambiental e fundiário no Projeto Jari – município de Almeirim, Pará - e também o não funcionamento do referido Projeto que é em parte financiado pelo BNDES.

JUSTIFICAÇÃO

A Empresa que administra o Projeto Jari, no município de Almeirim, estado do Pará, é detentora de mais de um milhão de hectares de floresta. Por motivo de a Empresa ter paralisado suas atividades na produção de celulose, deixou o município em situação econômica muito difícil. Almeirim, que possuía arrecadação que chegava a quase um milhão por mês, não possui mais. Além das mais de três mil pessoas que ficaram desempregadas.

Vale ressaltar que a Empresa continua extraíndo madeira de Planos de Manejo e há realidade conflituosa entre as mais de três mil famílias que moram nessas terras. A maioria das famílias que residem nessas localidades são das comunidades tradicionais e não possuem direito a legalidade da propriedade.

Preocupado com a paralisação do Projeto Jari, apresentei no dia 02 de abril do ano passado Requerimento a esta Comissão já tratando sobre os conflitos fundiários entre a Empresa que administra o Projeto e as famílias que moram nesta área, trata-se de uma das maiores áreas privadas do mundo.

Na ocasião propus uma Audiência Pública onde se debateu longamente a situação. De lá pra cá as informações que me chegam é que atualmente a situação encontra-se ainda pior.

Diante dos fatos, se faz necessário que se convide todos os entes envolvidos nesse contexto para que se dialogue sobre o relevante tema e se contribua para uma solução: Ministério do Meio Ambiente, Superintendência do IBAMA Pará, BNDES, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Secretaria de Meio Ambiente do Pará, ITERPA, Prefeito de Almeirim, Presidente

do Poder Legislativo de Almeirim, Associação Comercial do Distrito de Monte Dourado, Representantes de Associações de Moradores e Representantes do Sindicato dos funcionários da Jari e demais interessados.

Sala das Sessões, de de 2015.

Deputado Zé Geraldo (PT/PA)